



O que espera o setor do próximo Governo?

[AICCOPN]

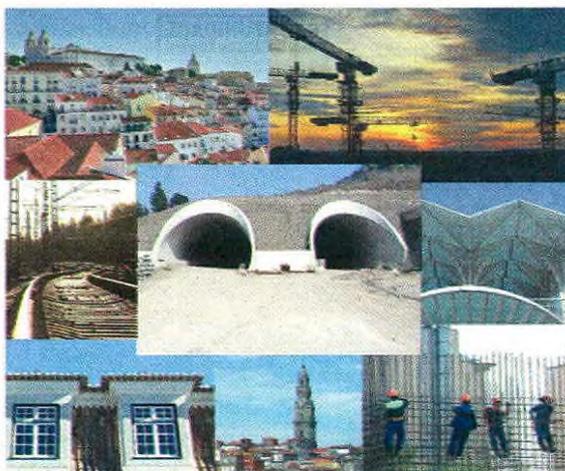
“Agora que os portugueses fizeram as suas legítimas escolhas para o próximo ciclo eleitoral e já se conhece o elenco governativo, é necessário começar a dar uma resposta efetiva aos agentes económicos e, em particular, às empresas”, afirma Reis Campos, presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas.

“O Orçamento do Estado para 2020 é um documento fundamental e, apesar de estarmos perante um cenário de continuidade, as empresas precisam de saber com o que podem contar, e por isso é necessário rapidamente concretizar as soluções que estão identificadas como fundamentais, para que o país possa continuar a consolidar o crescimento”, diz o dirigente.

Reis Campos alerta para a necessidade de inverter o atual défice de investimento público e refere que

“uma das medidas prioritárias para esta nova legislatura é o Plano Nacional de Investimentos 2030, que deve rapidamente ser definido, calendarizado e aprovado. Estamos a aproximar-nos do fim do Portugal 2020 e a iniciar o debate em torno do próximo ciclo de fundos e é absolutamente imprescindível assumir, de uma vez por todas, um correto planeamento do investimento público que permita tirar partido dos recursos comunitários que temos à nossa disposição”.

“Mas também há que atuar sobre o investimento privado e reforçar a confiança dos investidores. Estamos a falar da fiscalidade do imobiliário, e, mais concretamente, de medidas como a eliminação da tributação dos stocks de imóveis detidos pelas empresas e, também, do AIMI, o IMI que reverte para o Estado. São impostos injustos e excessivos que penalizam, em especial, o custo da habitação para a classe média e para as empresas que investem no Interior do



nosso país e não se pode continuar a ignorar estas distorções fiscais. O aumento da oferta de habitação a custos acessíveis e a criação de um

verdadeiro mercado do arrendamento são objetivos consensualmente assumidos, mas continuam por cumprir”.

REIS CAMPOS ALERTA PARA A NECESSIDADE DE INVERTER O ATUAL DÉFICE DE INVESTIMENTO PÚBLICO

O presidente da AICCOPN diz ainda que é necessário olhar para a competitividade e criar condições para que as empresas possam “lidar com um Estado mais eficiente, com menor carga burocrática, destacando-se aqui aspetos cruciais como o licenciamento das operações urbanísticas, e a regulação do mercado, ou seja, a capacidade de afastar fenómenos como a concorrência desleal ou a clandestinidade. De igual modo, a falta de mão de obra qualificada apontada como um dos principais constrangimentos e defendemos medidas concretas, sobretudo, ao nível da formação profissional e do papel dos centros de formação profissional do setor”. //